



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Ata - Comissão Permanente		
Legislação e Justiça		
Reunião: 19ª Ordinária	Sessão legislativa: 4ª	Legislatura: 19ª
Data: 18/6/24		
Horário de início: 13h55min		Horário de encerramento: 14h12min
Local: Plenário Camil Caram		
Vídeo da reunião disponível no portal da Câmara		

ABERTURA

Sob a presidência do vereador Irlan Melo, que registrou a presença remota dos vereadores Sérgio Fernando Pinho Tavares, Jorge Santos, Ramon Bibiano da Casa de Apoio e da vereadora Fernanda Pereira Altoé, reuniu-se a comissão.

Havendo quórum, o presidente declarou abertos os trabalhos.

ORDEM DOS TRABALHOS

COMUNICAÇÃO DE APROVAÇÃO DE ATAS

Como não houve impugnação, o presidente comunicou a aprovação da Ata da 18ª Reunião Ordinária, realizada em 11/6/24.

DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

EM SEGUNDO TURNO: 1) Projeto de Lei nº 721/23 - “Altera a Lei nº 11.416/22, que ‘Institui a Lei Municipal de Inclusão da Pessoa com Deficiência e da Pessoa com Mobilidade Reduzida’, para estabelecer medidas que visam assegurar a acessibilidade da pessoa surda ou com deficiência auditiva a cargo ou emprego provido por concurso público”. Autoria: Professora Marli.

Aprovado, por unanimidade, o parecer do relator, vereador Irlan Melo, pela constitucionalidade, legalidade e regimentalidade das emendas nºs 1, 2 e 3.



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

O vereador Sérgio Fernando Pinho Tavares assumiu a presidência.

2) Projeto de Lei nº 780/23 - "Institui o Programa Capoeira nas Escolas no Município de Belo Horizonte". Autoria: Cida Falabella e Iza Lourença.

O vereador Irlan Melo solicitou o adiamento da apreciação do parecer, nos termos do art. 76 do Regimento Interno - RI.

Deferido.

O vereador Irlan Melo assumiu a presidência.

3) Projeto de Lei nº 855/24 - "Institui o 'Programa Leandro Lo - Jiu Jitsu na Escola' no Município de Belo Horizonte". Autoria: César Gordin.

Aprovado, por unanimidade, o parecer do relator, vereador Irlan Melo, pela constitucionalidade, legalidade e regimentalidade da Emenda nº 1.

EM PRIMEIRO TURNO: 4) Projeto de Lei nº 872/24 - "Institui a Política Municipal de Proteção dos Direitos da Pessoa Com Fibromialgia no Município e dá outras providências". Autoria: Loíde Gonçalves.

A vereadora Fernanda Pereira Altoé discutiu o projeto.

Aprovado, por unanimidade, o parecer da relatora, vereadora Fernanda Pereira Altoé, pela constitucionalidade, legalidade e regimentalidade.

5) Projeto de Lei nº 899/24 - "Institui a Política Municipal de Enfrentamento da Violência Política contra a Mulher". Autoria: Professora Marli, Cida Falabella, Iza Lourença e Professora Nara.

Retirado de pauta devido à apresentação do Requerimento SIL nº 2.235, que solicita a suspensão de tramitação do projeto de lei.

6) Projeto de Lei nº 900/24 - "Autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social -



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

BNDES - ou com outra instituição financeira e dá outras providências". Autoria: Executivo - Mensagem nº 38, de 20/10/23.

Aprovado, por unanimidade, o parecer do relator, vereador Jorge Santos, pela constitucionalidade, legalidade e regimentalidade.

7) Projeto de Lei nº 901/24 - "Autoriza o Poder Executivo a contratar operações de crédito junto à Caixa Econômica Federal ou a outra instituição financeira e dá outras providências". Autoria: Executivo - Mensagem nº 23, de 24/8/23.

Aprovado, por unanimidade, o parecer do relator, vereador Jorge Santos, pela constitucionalidade, legalidade e regimentalidade.

8) Projeto de Lei nº 902/24 - "Altera a Lei nº 11.202, de 28 de novembro de 2019, que 'Autoriza o Poder Executivo a contratar operações de crédito junto à Corporação Andina de Fomento ou a outra instituição financeira com a garantia da União e dá outras providências". Autoria: Executivo - Mensagem nº 11, de 2/5/24.

Aprovado, por unanimidade, o parecer do relator, vereador Jorge Santos, pela constitucionalidade, legalidade e regimentalidade.

9) Projeto de Lei nº 903/24 - "Autoriza o Poder Executivo a contratar operações de crédito externo com a Agência Francesa de Desenvolvimento - AFD - ou outra instituição financeira e dá outras providências". Autoria: Executivo - Mensagem nº 39, de 20/10/23.

Aprovado, por unanimidade, o parecer do relator, vereador Jorge Santos, pela constitucionalidade, legalidade e regimentalidade.

10) Projeto de Lei nº 914/24 - "Autoriza o Poder Executivo a contratar operações de crédito com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Econômico e Social e da Caixa Econômica Federal e dá outras providências”.

Autoria: Executivo - Mensagem nº 15, de 3/6/24.

Aprovado, por unanimidade, o parecer do relator, vereador Irlan Melo, pela constitucionalidade, legalidade e regimentalidade.

11) Projeto de Lei nº 915/24 - “Institui a Política Municipal de Enfrentamento à Emergência Climática”. Autoria: Executivo - Mensagem nº 16, de 5/6/24.

Aprovado, por unanimidade, o parecer do relator, vereador Irlan Melo, pela constitucionalidade, legalidade e regimentalidade.

EM REDAÇÃO FINAL: foram aprovados, por unanimidade, os pareceres de redação final aos projetos: 12) Projeto de Lei nº 510/23 - “Dispõe sobre a obrigatoriedade de apresentação de cartão de vacinação para o cadastro e para a renovação de matrícula de estudante em estabelecimento de ensino do SME”. Autoria: Professora Marli; 13) Projeto de Lei nº 720/23 - “Determina a substituição de sinais sonoros nos estabelecimentos das redes pública e privada de ensino por sinais musicais a fim de não gerar incômodos sensoriais às pessoas com Transtorno do Espectro Autista - TEA e dá outras providências”. Autoria: Bruno Miranda; 14) Projeto de Lei nº 725/23 - “Altera a Lei nº 8.565/03 que dispõe sobre o controle da população de cães e gatos e dá outras providências”. Autoria: Miltinho CGE; 15) Projeto de Lei nº 847/23 - “Cria o Prêmio Conhecimento”. Autoria: Dr. Bruno Pedralva.

EM TURNO ÚNICO: 16) Projeto de Lei nº 868/24 - “Dá o nome de Praça Ana Lúcia Goulart à praça situada na confluência das ruas Benjamim Moss e João Arantes, no bairro Cidade Nova”. Autoria: Álvaro Damião.

Aprovado, por unanimidade, o parecer do relator, vereador Ramon Bibiano da Casa de Apoio, pela constitucionalidade, legalidade, regimentalidade e aprovação.



Aprovado, por unanimidade, o parecer do relator, vereador Ramon Bibiano da Casa de Apoio, pela constitucionalidade, legalidade, regimentalidade e aprovação, com apresentação de emenda(s).

Aprovado, com voto contrário da vereadora Fernanda Pereira Altoé, o parecer do relator, vereador Ramon Bibiano da Casa de Apoio, pela constitucionalidade, legalidade, regimentalidade e aprovação.

Nada mais havendo a ser tratado, o presidente declarou encerrados os trabalhos.

Para constar, lavrou-se esta ata, que será assinada pela presidenta ou pelo presidente da reunião em que for comunicada sua aprovação, conforme previsão regimental, ou pelo presidente desta reunião.

[illegible]